LITERATURA, SAMBA E MALANDRAGEM: ANÁLISE DA FIGURA DO MALANDRO EM LETRAS DE SAMBA

Literature, samba, and malandragem: analysis of the malandro figure in samba lyrics.

Sávio Augusto Francisco da Silva¹
Orientador: Tiago Hermano Breunig²

RESUMO: Neste artigo, procurou-se promover uma análise crítica, a partir de base bibliográfica, sobre como a BNCC (2018) e o Currículo de Pernambuco (2021) propõem o ensino de literatura na perspectiva das relações étnico-raciais embasadas nas leis 10.639/03 e 11.645/08. A partir dessa análise, ancorada na perspectiva de Freitas (2018) e Mendes (2020), pensamos como o personagem malandro, retratado em letras de samba da década de 1930, pode possibilitar o estudo da história e cultura afro-brasileira nas aulas de literatura. Sendo este um caminho para contemplar a diversidade na sala de aula prevista por tais documentos, produziu-se a análise de duas canções: “Nasci no samba”, de Bide e Benedito Lacerda, e “Lenço no Pescoço”, de Wilson Baptista, pensando essas obras como legítimas no campo literário assim como pontua Dalcastagne (2012). Tal análise foi embasada em um estudo sobre o contexto histórico do surgimento do samba, suas matrizes africanas, a relação com a religiosidade e o personagem malandro. Para tanto, utilizamos as contribuições de Sodr (1998), Matos (1982) e Dealtry (2009). O malandro tornou-se um dos principais veios temáticos das composições de samba de origem proletário-negra no início do século XX, é uma figura complexa que não pode ser analisada sem uma compreensão do contexto social e histórico pós-abolicionista.

Palavras-chave: Currículo; Literatura; Relações étnico-raciais; Samba; Personagem Malandro.

ABSTRACT: In this article, we aimed to promote a critical analysis, based on bibliographic sources, of how the BNCC (2018) and the Pernambuco Curriculum (2021) propose the teaching of literature from the perspective of ethnic-racial relations grounded in laws 10.639/03 and 11.645/08. Through this analysis, anchored in the perspectives of Freitas (2018) and Mendes (2020), we explore how the trickster character, depicted in samba lyrics from the 1930s, can facilitate the study of Afro-Brazilian history and culture in literature classes. This serves as a means to address classroom diversity as outlined in these documents. We conducted an analysis of two songs: "Nasci no samba" by Bide and Benedito Lacerda, and "Lenço no Pescoço" by Wilson Baptista, considering these works as legitimate within the literary field, as highlighted by Dalcastagne (2012). Our analysis was informed by a study of the historical context of the emergence of samba, its African roots, its relationship with religiosity, and the trickster character. To this end, we drew upon the contributions of Sodr (1998), Matos (1982), and Dealtry (2009). The trickster became one of the main thematic veins of proletarian-black samba compositions in the early 20th century, representing a complex figure that cannot be analyzed without an understanding of the post-abolitionist social and historical context.

¹ Licenciando em Letras-Portugus pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

² Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Palavras-chave em outro idioma: Curriculum; Literature; Ethnic-racial relations; Samba; Trickster character.

1 Introdução

Como o personagem malandro, retratado em letras de samba da década de 1930, pode possibilitar o estudo da história e cultura afro-brasileira nas aulas de literatura? Neste artigo, procurou-se promover uma análise crítica, a partir de base bibliográfica, sobre como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Pernambuco (2021) propõem o ensino de literatura na perspectiva das relações étnico-raciais embasadas nas leis 10.639/03 e 11.645/08. No intuito de propor caminhos pedagógicos para uma lei de forte relevância social, principalmente no que concerne à formação de educandos e docentes na área de linguagens, partimos do reconhecimento do samba como expressão artística nacional de origem negra, logo, afro-brasileira. Nesse sentido, refletimos sobre a sua importância e espaço nas aulas de literatura, apresentando, por meio da análise de letras de samba da década de 1930, a figura do malandro sambista – personagem presente no imaginário nacional e um dos principais veios temáticos das composições do período citado. Assim como aponta Matos (1982), consideramos as letras de samba como documento textual, histórico e poético, além do principal meio de expressão de uma poética da malandragem, ou, como a autora prefere classificar, o “samba de malandro”.

Tal proposta se justifica ao pensarmos que a formação de uma identidade brasileira, inevitavelmente, passa pelo reconhecimento da ideologia da miscigenação democrática (Ortiz, 2012), a qual define, de forma problemática, a formação do brasileiro oriunda da mistura das três raças - indígena, branca e negra - sem a existência, nesse processo, das tensões e violências raciais, vivenciadas, historicamente, pela população negra e pelas populações indígenas.

Uma das marcas dessas tensões pode ser percebida no âmbito cultural, quando, por exemplo, manifestações originárias da população negra, como o samba, a partir da ótica da mestiçagem, passam a ser reconhecidas como manifestações da cultura nacional e, com isso, seu sentido originário de resistência, luta por pertencimento e participação social são apagados, conforme observa Ortiz (2012, p.43) ao afirmar que “Na medida em que a sociedade se apropria das manifestações de cor e as integra no discurso unívoco do nacional, tem-se que elas perdem suas especificidade”.

Sendo assim, estabelecendo uma relação direta com o campo cultural artístico, percebemos que a figura do malandro sambista permaneceu socialmente estereotipada, ocupando o imaginário social do “vagabundo” ou “vadio”, aquele que possui aversão ao trabalho formal, à ordem. Desse modo, refletiremos, a partir da análise literária de duas canções - “Nasci no samba”, de Bide e Benedito Lacerda, e “Lenço no Pescoço”, de Wilson Baptista -, sobre novas possibilidades para uma compreensão mais aprofundada dessa figura complexa e de várias faces, na tentativa de superar uma concepção social cristalizada, e, muitas vezes, preconceituosa do que é o malandro e a malandragem.

2 Diálogo passado-presente, apontamentos iniciais.

Para introduzimos este espaço destinado à contemplação dos cabedais teóricos que são os alicerces científicos deste trabalho, destacamos, inicialmente, que se torna necessária uma breve discussão sobre a gênese do problema que ocasionou a necessidade de uma legislação referente à educação das relações étnico-raciais no contexto brasileiro, pois, ao retomarmos as causas germinais, por mais distantes temporalmente que pareçam da nossa contemporaneidade, passamos a desenvolver uma visão mais aprofundada e, acima de tudo, sensibilizada no que diz respeito à importância desta temática.

Sendo assim, vejamos o que comenta Darcy Ribeiro (2008, p.106) acerca das consequências individuais e coletivas do processo de escravização sistemático e massificado como o que ocorreu, por mais de 300 anos, em nosso território:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação de seus interesses.

Percebemos, diante da citação, a intensificação do processo de desumanização do indivíduo escravizado, equiparado aos animais domésticos, coisificados. Reconhecer que os administradores do nosso território durante o período escravocrata fizeram uso da discriminação e do racismo, utilizando-o como elemento permissivo para a consolidação dos seus crimes, passa pela identificação das injustiças sociais e históricas que, por tantos anos, afetam a vida de milhões de cidadãos afro-brasileiros, herdeiros das mazelas do processo escravista.

Além disso, é importante frisar, também, diante da citação de Darcy Ribeiro, que o conceito de “deculturação”³, o qual consiste no apagamento de traços culturais das matrizes originárias desses povos “transfigurado (...) na linha consentida do senhor”, não se aplica em sua totalidade. Os processos violentos que geram as mudanças culturais forçadas não conseguem apagar por completo as matrizes, e isso não deve ser interpretado como uma concessão da sociedade dominante (Nascimento, 2016), pois a configuração imposta esbarra nos processos de resistência a partir da noção de identidade e pertencimento a um núcleo social. No entanto, tais processos de resistência podem evidenciar algumas particularidades contraditórias, como exemplo deste processo, temos o Movimento Negro do início do século XX. Em sua primeira fase, entre 1889 e 1937, a entidade Frente Negra Brasileira (FNB), ganhou destaque como um movimento de massa, agregando uma quantidade considerável de “homens de cor” pelo país com o objetivo de integrar o negro à sociedade. Porém, ao tornar-se partido político em 1936 para a disputa das eleições, os representantes da entidade flertaram com o ultranacionalismo, um programa político autoritário e militarista, influenciados pelas vertentes ideológicas do nazifascismo italiano e alemão: “O subtítulo do jornal *A Voz da Raça* também era sintomático: “Deus, Pátria, Raça e Família”, diferenciando-se do principal lema integralista (movimento de extrema direita brasileiro) apenas no termo “Raça”.” (Domingues, 2007, p.106). Essa particularidade nos permite pensar a complexidade do problema racial no país, a anomalia identitária que pode surgir dos processos de violência, da “destituição de si”.

Dando continuidade à retomada histórica, percebemos que as injustiças desdobraram-se, inclusive, no período pós-abolição. No livro *História da vida privada no Brasil* (Sevcenko, 1998), a partir de estudos de base historiográfica e sociológica, podemos compreender alguns elementos centrais sobre o lugar destinado à população negra no final do século XIX e início do século XX. Focaremos, em específico, na capital da primeira república, isto é, o Rio de Janeiro, berço da assimilação da revolução técnico-científica mundial pelas elites locais e, concomitantemente, do malandro sambista, objeto de estudo deste trabalho.

³ Aqui cabe ressaltarmos que conceitos como “transculturação”, do antropólogo cubano Fernando Ortiz, procura superar o conceito de aculturação ou deculturação, isto é, a aquisição integral de uma cultura mais forte assimilada por uma menos forte. O conceito de transculturação de Ortiz supera esses conceitos ao observar que não há um apagamento da cultura originária como prevê os conceitos citados, mas o surgimento de algo inédito e diferente que surge a partir dessas interações. (Beired, 2019)

A revolução técnico-científica⁴ influenciou diretamente as elites econômicas que compunham a primeira república do Brasil, com base filosófica ancorada nas correntes científicas - darwinismo social, monismo, positivismo -, estas elites tinham por objetivo modernizar e industrializar o território nacional e se desvencilhar do passado monárquico (Sevcenko, 1998).

Nesse viés, a modernização deveria caminhar de mãos dadas com a ordem⁵. No entanto, havia fortes entraves que impediam o projeto modernizador, dentre eles, a população pobre, em sua maioria negra, descendentes de escravos e ex-escravizados. Sem qualquer política de inclusão à sociedade vigente, essas pessoas dirigiram-se, em grande parte, para a então capital do país, ocupando os casarões abandonados do centro da cidade. A capital da república era uma possibilidade de formação de núcleos e reorganização social, porém

Para as autoridades, eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade públicas. Por essa razão foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças, associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade. Assim como o marechal Floriano comandou a extinção das escolas de capoeira e a perseguição sem limites a seus mestres e praticantes. (Sevcenko, 1998, p. 21)

A ameaça à ordem do novo mundo de base eurocêntrica que estava estabelecendo-se em território nacional, como vimos, dava-se pela simples existência desses povos, existência inseparável de seus elementos culturais, em um lugar onde não eram bem-vindos. Associado a isso, nesse período ocorrem as reformas urbanas no centro da cidade, com o objetivo de revitalizar a capital de uma nação que, segundo eles, merecia ser retratada como símbolo de um país avançado em termos de civilidade. Intensificando a tensão entre governo e população, os casarões do centro seguiram como foco do processo de “regeneração” comandada pelo engenheiro Pereira Passos, pois, além de acumular o grosso da população pobre, eles comprometiam o saneamento da cidade e o fluxo automobilístico das mercadorias que chegavam do estrangeiro ao porto do Rio. Despejada sem indenizações, sem projeto de realocação, essa multidão migrou para as encostas íngremes dos morros que cercam a cidade. Desse processo, surge o início das favelas (Sevcenko, 1998).

⁴ Conhecida também como Segunda Revolução Industrial, levou a outro patamar a associação das descobertas científicas aos processos produtivos, por meio da disseminação da eletricidade, das indústrias químicas, da bacteriologia, da bioquímica etc. Tudo isso impactou diretamente as relações políticas, econômicas e sociais, impulsionando de forma definitiva a consolidação da unidade do mercado capitalista a nível global. Devido a produção massificada, as elites mundiais - Europa e Estados Unidos - viram a necessidade de estabelecer novos mercados de consumo, ocasionando uma relação de mercado estreita com os países colonizados, inaugurava-se, desse modo, o fenômeno do neocolonialismo. (Sevcenko, 1998)

⁵ A própria bandeira da República Federativa do Brasil, idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, em 1889, traz como lema essa concepção por meio da frase “Ordem e progresso”.

Sendo assim, de forma repressiva e autoritária, os elementos da desordem - classes populares oriundas do passado colonial escravista - eram tratados pela elite local como um problema, uma poeira que, pelo uso da força, deveria ser jogada para debaixo do tapete. Ou melhor, deveriam ser disciplinadas.

a cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado. Da mesma forma que o negro passou a ser visto como um ser a-histórico, assim também passaram a ser vistas suas manifestações, seus padrões de organização, suas velhas tradições, que remontavam ao passado étnico e da escravidão (Wissenbach, 1998, p. 97)

Por isso, coube a reforma urbanística do Rio, por meio do poder público, iniciar este processo de higienização local. Não era apenas uma reformulação do espaço urbano, mas também uma reformulação da mentalidade das elites locais. Essa mentalidade forjada na ordem e no rigor das concepções científico-cientistas tinham como alvo principal o apagamento das figuras sociais indesejadas que, por meio de suas manifestações culturais, serviam como entrave à formação de uma sociedade alinhada à conjuntura das elites globais.

Encerrada essa contextualização anterior, daremos um breve salto para destacar que, durante o século XX, na tentativa de reverter o efeito das mazelas apresentadas, por meio da luta por direitos, representação e reparação histórica, intelectuais como Abdias do Nascimento, Lélia González, Beatriz Nascimento, entre outros representantes do meio acadêmico, dedicaram-se às pesquisas sobre representação do povo negro nas diversas esferas sociais brasileiras. Além disso, alguns agrupamentos importantes como a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Homem Negro (TEN), por meio de várias ações no campo cultural, jornalístico e da política de base, também fortaleceram essas movimentações reivindicando a criação de uma legislação antidiscriminatória em nosso país (Domingues, 2007). Essa movimentação, de certo modo, culminou no Movimento Negro da década de 70. Com efeito, esse espaço reivindicado pelos militantes afro-brasileiros no século XX deu margem para alguns marcos legais, como o reconhecimento da pluralidade étnica do nosso país na Constituição Federal de 1988, cuja formulação abriu caminho para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB, 1996), lei que organiza a educação nacional, resultando, em seguida, nas alterações 10.639/03 e 11.645/08 (Oliveira, 2018).

Diante desses marcos legais, formula-se pelo Estado, no que concerne ao âmbito educacional, o documento intitulado *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, o qual visa englobar aos currículos, que regem o que será ensinado nas escolas, o direito à diversidade, descentralizando-o dos saberes historicamente tradicionais – hegemônicos,

brancos, eurocêntricos. Analisaremos, na seção seguinte, com base em consulta à bibliografia existente e em excertos do Currículo de Pernambuco, como tal descentralização está prevista no documento baseado na Base Nacional Comum Curricular.

2.1 Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco: qual é o papel da diversidade na educação literária?

Ao abordarmos o Currículo de Pernambuco para o ensino médio (2021), cabe retomarmos brevemente aspectos do documento que o fundamenta, isto é, a BNCC (2018). A homologação da BNCC pode ser considerada um marco histórico para a educação brasileira⁶, pois, a partir dela, os componentes curriculares, em esfera nacional, passaram a ser organizados e previstos por meio de um direcionamento comum, chamado de formação geral básica. O documento tem um poder de influência sobre a orientação das políticas educacionais, desde formação de professores e a elaboração de materiais didáticos, como nunca se viu em território nacional. Além desta formação, há uma parte diversificada dos conteúdos, os quais são de responsabilidade dos sistemas estaduais e das escolas, respeitando as características socioculturais regionais⁷. O Currículo de Pernambuco se caracteriza como complementação da parte diversificada da BNCC, ele foi produzido em duas etapas: a primeira, contemplando os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e a segunda, a qual utilizaremos como documento de análise nesta seção, voltada para o ensino médio.

Devido ao poder regulador da prática educacional exercido pelo documento curricular (Sacristán, 2013), desde sua formulação com três versões diferentes onde conceitos foram alterados sem consulta prévia dos variados especialistas na área da educação, a BNCC foi e segue sendo palco de tensões entre as mais diversas classes: professores, políticos, estudantes, pesquisadores, etc. Tensões essas reverberadas diretamente no Currículo de Pernambuco, porque “o currículo é sempre o resultado de uma seleção, de um universo amplo de saberes”

⁶ “O documento, que tem suas bases na Constituição Federal de 1988, nasce na esteira de uma agitação na política nacional, com mudança presidencial, reforma do ensino médio, alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tramitação do Projeto de Lei n.7.180/2014, que ficou conhecido como Projeto Escola Sem Partido, e no acirramento de conflitos ideológicos-partidários entre a população. Esse é o contexto no qual se dá a homologação da BNCC.” (Mendes, 2020, p.136). Sendo assim, a BNCC, apesar de marco histórico para a política educacional, foi produzida em um contexto político delicado, há severas críticas sobre o caráter autoritário de sua implementação, assim como a implementação do novo ensino médio.

⁷ Apesar do reconhecimento da tentativa de diversificação dos conteúdos, compactuamos com a posição de pesquisadores como Freitas (2018), que aponta para o caráter reformista e neoliberal de tais bases comuns, pois, ao padronizar os referenciais curriculares e as formas de avaliação, a exemplo das avaliações externas de larga escala, gera-se uma supressão da diversidade no cotidiano escolar, abordaremos mais sobre isso adiante.

(Silva, 2005, p.15), e tal seleção está longe de abarcar, de forma consensual, o interesse de uma sociedade complexa.

Durante nossa análise do Currículo de Pernambuco, constatamos a presença de treze temas transversais, cada tema colabora para a formação integral do estudante e deve ser abordado de forma interdisciplinar. Esta concepção tem por finalidade o respeito “a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação” (Pernambuco, 2021, p.35). Sendo assim, é a partir dessa perspectiva que devemos compreender o tema transversal intitulado “Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena”.

Embora seja inegável a importância da presença do tema transversal citado, pelo fato de funcionar, nesse sentido, como um aparato legal para a abordagem de saberes oriundos dessas culturas em sala de aula, percebemos que ainda há lacunas de como abordar tais saberes na formação dos professores⁸, nos próprios espaços de ensino por limitações diversas, além da própria limitação da materialidade escrita do currículo, pois o currículo, acima de tudo, é produto de uma atividade de linguagem, logo sua leitura é uma prática de significação, determinada pela interação entre texto e sujeitos, localizada em determinado tempo e espaço (Souza, 2011), por isso, a consciência do dever de implementação do tema transversal associado aos conteúdos de ensino parte, em certa medida, do professor que faz a leitura e, a partir dela, toma escolhas pedagógicas.

Sendo assim, tentamos identificar, seguindo nossos objetivos de escrita, as fragilidades nas formas de abordagem especificamente da história e cultura afro-brasileira e sua relação com o ensino de literatura, para, a partir disso, formular algumas possibilidades de *como* podemos abordar o tema transversal integrado a uma perspectiva extensiva de literatura.

Assim como pontua Mendes (2020) em seu artigo sobre a educação literária na BNCC e as possibilidades de atuação do professor com base neste documento, também não encontramos, no Currículo de Pernambuco para o ensino médio, os termos “literatura” ou “educação literária” nas sete competências da área de Linguagens Códigos e suas Tecnologias, o que já nos dá indícios da reprodução do lugar relegado à educação literária.

Além disso, os conteúdos da área de linguagens são estruturados a partir de um organizador curricular, configurado em tabelas de difícil visualização devido a sua extensão, divididas em componentes por colunas, contendo as habilidades da BNCC, habilidades específicas do componente, objetos de conhecimento, eixos e campos de atuação social.

⁸ O próprio curso de graduação de Licenciatura em Letras da UFPE não compreende a disciplina de “Literaturas Africanas em Língua Portuguesa” como disciplina obrigatória, sendo implementada como disciplina eletiva.

Nelas, o termo “literatura afro-brasileira” aparece apenas uma vez, na habilidade de código (EM13LP52PE), dentre as diversas habilidades prescritas no documento. Vejamos o que descreve tal habilidade:

Analisar obras significativas da literatura brasileira e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana, a afro-brasileira e a latinoamericana, por meio de práticas de leitura que considerem a fruição, as vivências subjetivas do leitor com a obra literária, bem como os aspectos estéticos, estilísticos, temáticos, discursivos ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção, visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos, culturais etc. e o modo como dialogam com o presente. (Pernambuco, 2021- p. 141-142)

É inegável que podemos estabelecer marcos positivos nessa habilidade, a começar pela integração de uma diversidade de literaturas colocadas em um plano de equivalência, o que “permitem à escola ser um dos melhores lugares para o desenvolvimento da democracia, da alteridade, do respeito às diferenças.” (Pernambuco, p.52). Além de considerar “as vivências subjetivas do leitor” a partir do contato com as obras, também pontuamos como positiva a relação entre apreciação dos elementos constitutivos da obra “aspectos estéticos, estilísticos”, e os aspectos de diálogo da obra com o meio social “contexto de produção, visões de mundo”. Porém, ainda assim, consideramos como um espaço mínimo, dada a importância social da literatura afro-brasileira e o alcance de um documento norteador de 696 páginas.

Longe de querer definir com precisão as causas do não lugar da educação literária (Mendes, 2020) e da história e cultura afro-brasileira no Currículo de Pernambuco, adotamos a perspectiva de que a supressão desses componentes explica-se, em certa medida, pela própria lógica reformista promovida pelas padronizações das bases curriculares, da qual a BNCC é produto. Este modelo educacional, promovido pelas reformas neoliberais, atrai financiadores e representantes do mercado econômico, que visam minar a educação pública e inseri-la em uma lógica mercadológica (Freitas 2018). Nesse viés, a qualidade do ensino-aprendizagem passa a ser medida a partir de avaliações objetivas em larga escala – a exemplo do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) no contexto pernambucano e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no contexto nacional – e, com isso “O padrão de avaliação apaga a diversidade dos contextos escolares, passa a ser um guia de boa qualidade da educação, não leva em consideração as finalidades educativas.” (Freitas, 2018, p.82).

Dessa forma, com vistas não a prescrever, assim como pontua Mendes (2020), mas sugerir formas de se pensar *o como* o professor de linguagens pode abordar, mesmo com a enorme lacuna deixada pelo Currículo de Pernambuco, a educação literária na perspectiva da

educação para as relações étnico-raciais, faremos, nas seções seguintes, um breve estudo sobre o samba e o personagem malandro, culminando na análise de duas canções em uma perspectiva literária, defendendo a idéia de que elas podem e devem ser trabalhadas nas salas de aula como obras para o conhecimento da história e cultura afro-brasileira, podendo ser apreciadas em uma perspectiva estética, política, ideológica, ética e histórica, como prevê o próprio currículo.

É nessa perspectiva, então, que compartilhamos e trazemos as noções de Dalcastagne (2012), que aponta para a concepção de literatura predominante no nosso imaginário nacional, a qual continua sendo, até os dias atuais, uma concepção engessada, canônica e eurocêntrica. Por meio dela, se passou a definir os critérios de legitimidade do que vinha a ser ou não literatura, principalmente quando falamos do seu ensino, deixando à margem uma série de produções escritas provindas das camadas populares, como as composições de samba. Segundo Dalcastagne (2012, p.17), “O silêncio dos marginalizados é coberto por vozes que se sobrepõem a eles, vozes que buscam falar em nome deles, mas também, por vezes, é quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes”, o que nos remete à importância de considerar os compositores de samba do morro de origem proletário-negra, como vozes legítimas a serem trabalhadas nos conteúdos escolarizados, autores de obras literárias, contribuindo para diversidade da produção artístico-literária por meio das suas percepções do cotidiano.

2.2 Pensando o samba e a figura do malandro: aspectos culturais, sociais e religiosos.

Ao analisarmos o samba como expressão artístico-cultural voltada à promoção da diversidade prevista nas legislações educacionais citadas anteriormente, partimos da percepção de que essa expressão artística foi gerada a partir da cultura afro-brasileira, uma perspectiva mais atenta ao aspecto identitário racial, que foge às generalizações nacionais de caráter homogêneo. Sendo assim, podemos pensá-lo como recurso de afirmação da identidade negra no contexto brasileiro. O próprio termo samba, originário do dialeto angolano (*semba*), remetia a um movimento corporal durante as danças oriundas dos batuques e da integração corpo-música em espaços de socialização, resistência e religiosidade, tendo como grande exemplo o Quilombo dos Palmares (Sodré, 1998). Mas não pretendemos ancorar nossa argumentação apenas em nomenclaturas. É importante pensarmos o samba no contexto carioca, o qual nos interessa em razão do objeto de análise deste trabalho, e por falarmos em espaços de socialização, não podemos esquecer a importância das Tias baianas,

especificamente a casa da Tia Ciata, para a formação e consolidação do samba no início do século XX.

Como vimos anteriormente, as classes populares foram destituídas da região do porto e seu entorno a partir das reformas urbanas, procurando refúgio nas áreas marginais do centro. Uma dessas áreas ocupadas por esses migrantes ficou conhecida como Cidade Nova. Assim como aponta Moura (1995), pouco antes desse período, há uma volumosa migração de negros libertos de Salvador para o Rio de Janeiro, devido aos aspectos econômicos e às possíveis oportunidades de ganhar a vida, Salvador já não era mais a capital do Brasil, a riqueza havia sido transferida. Essa massa de negros oriundos da Bahia - com predominância das etnias nagô e malê - junta-se aos descendentes da etnia banto dos negros trazidos pelo tráfico negreiro ao Rio, forma-se um caleidoscópio de riqueza cultural e étnica.

É nessa nova configuração social que as casas das Tias baianas tornam-se espaços centrais para a permanência, comunhão e reintrodução dos saberes ancestrais e seu mundo simbólico diante da dura realidade vigente na capital da primeira república. Como podemos perceber no primeiro capítulo do livro *No fio da navalha: malandragem na literatura e no samba* da pesquisadora doutora Giovanna Dealtry (2009):

É no ambiente das festas nas casas das tias que o samba nasce e encontra proteção. Reprimido severamente pela polícia, o samba ganha força e tradição no quintal das casas, enquanto nas salas, na porta da rua, grupos de choro encobrem a batucada e o movimento erótico dos corpos. (p.30)

As tias assumem a liderança dos candomblés, são presenças e forças matriarcais. A região da cidade onde habitavam - a Cidade Nova, pelo caráter agregador ao receber diversas comunidades negras, recebe a alcunha de “Pequena África” (Dealtry, 2009).

A casa de Tia Ciata é símbolo dessa profusão devido à posição do seu marido que ocupava um cargo público no gabinete do chefe da polícia. A casa, dessa forma, fica protegida do faro dos homens da lei. A famosa força de liderança de Tia Ciata gera “a riqueza de uma individualidade que se harmoniza com sua condição de veículo, de sintetizador do impulso coletivo.” (Moura, 1995, p.124), e essa mulher, veículo do impulso coletivo, tinha em seu quintal um fertilizante das tradições africanas. É lá que grandes nomes reconhecidos como a primeira linhagem na transformação cadencial e rítmica do lundu-maxixe ao samba assimilam as tradições musicais baianas: Donga, Heitor dos Prazeres, Hilário Jovino, Pixinguinha, João da Baiana, Sinhô, Mauro de Almeida. O primeiro e o último dos artistas citados, Donga e Mauro de Almeida, exercem uma ação histórica para a música brasileira.

Como constatamos ao acessarmos a Enciclopédia Itaú Cultural, são eles os primeiros a registrar na Biblioteca Nacional a gravação da canção *Pelo Telefone* (1916), considerada, apesar de algumas polêmicas, o primeiro samba gravado em nosso território. Um marco para a história e cultura do país que, ao mesmo tempo que distancia a composição de sambas do aspecto coletivo e anônimo, traz o signo da individualidade e da autoria, abrindo espaço para o gênero no campo mercadológico, o que proporcionou, a partir da disseminação pelas rádios, seu aspecto “nacional” (Sodré, 1995).

Nesses espaços e encontros da Pequena África, o tempo da musicalidade, da festa, é o tempo da religiosidade, batuque e culto aos orixás não são ações distintas, “(...) O espaço e a música dos terreiros e dos orixás são partes fundamentais para a formalização do samba e da dança.” (Dealtry, 2009, p.30). Por isso reafirmamos que, apesar de não conseguirmos identificar com certeza a matriz originária do samba, temos elementos suficientes para afirmarmos que uma enorme parcela de sua constituição vem da cultura negra, da região baiana, dos ex-escravizados, seus ritos, ritmos e cadências.

Com o passar do tempo e a aceitação do consumo da nova musicalidade brasileira pelas classes altas, o samba foi ganhando seu espaço pela cidade, difundido nas rádios, produzido pelos diversos bairros do subúrbio, ditando o movimento dos corpos carnavalescos. Nesse viés, Claudia Matos (1982) propõe uma compreensão do samba no início do século XX a partir de três gerações de fases distintas mas complementares esteticamente. A primeira é a geração dos músicos frequentadores da casa de Tia Ciata, a segunda geração é do período de 1920, são os sambistas do bairro Estácio - Ismael Silva, Bide, Nilton Bastos etc. - a incorporação do samba ao carnaval, mais gingado, sincopado⁹, carnavalesco -, e a terceira adentra o campo da difusão das rádios, é o samba inserido na lógica de mercado, o produto vendável, o samba no espaço do *show-business* como observa Sodré (1995).

Partindo para o conteúdo expresso nas canções da segunda geração em diante, Claudia Matos (1982) indica três veios temáticos e estilísticos recorrentes nas composições desses sambas. São eles o lírico-amoroso, o apologético-nacionalista, e o samba de malandro. São os sambistas do bairro do Estácio, já no período de 1920, os primeiros a ostentarem a designação de malandros e se orgulharem dela. O malandro é uma figura complexa, Matos (1982) afirma que o malandro “é um ser de fronteira (...) não é honesto, mas não é ladrão”, tal complexidade

⁹ Como podemos conferir no trabalho de Cunha (2013), o movimento rítmico da síncope incorporado ao samba nesse período, diferentemente da simetria regular da marcha, traz uma quebra da regularidade, ou seja, o contraste a partir do “balanço”, o elemento da ginga que caracteriza, em certa medida, o gingado do malandro.

pode ser percebida nos variados temas que perpassam o personagem: valentia, esperteza, regeneração, aversão ao trabalho, jogatina, romance, gafeira, etc.

Alguns aspectos relevantes para o nosso trabalho partem da perspectiva de que o malandro é um personagem cidadão suburbano. Sendo assim, enquanto um dos elementos da “desordem”, suas artimanhas são mecanismos de defesa para sobrevivência em um ambiente opressivo como o Rio de Janeiro da Belle Époque. As façanhas do personagem nas letras de samba nos períodos de 1920 e 1930, funcionam também como dados para a análise social e histórica da sociedade, principalmente no que concerne à perspectiva da cultura afro-brasileira.

Desse modo, o malandro, sendo personagem real e ficcional ao mesmo tempo, funciona como elemento de resistência e identidade. Nesse sentido, encontramos seu arquétipo nas religiões de matriz africana em diálogo representativo com o orixá Exu. A Exu é atribuída uma pluralidade de características, variando de acordo com a linha sincrética e matriz religiosa, porém, no candomblé, é caracterizado como o “orixá que contraria as regras mais gerais de conduta aceitas socialmente” (Dealtry, p. 19), pela astúcia e subversão da lógica binária bem/mal, no cristianismo foi atribuído ao diabo judaico-cristão, uma forma de associá-lo ao mal.

Exu é o dono das encruzilhadas, responsável pela comunicação, mensageiro, domina os mecanismos da linguagem, do acordo. Essa subversão e astúcia, também é percebida no malandro por utilizar a esperteza e a negociação através do discurso para conseguir sobreviver, encontramos na entidade de Seu Zé Pelintra o diálogo mais coerente entre Exu e o Malandro da Lapa (Dealtry, 2009). A subversão da lógica burguesa ao priorizar a vida boêmia, a gafeira e o sustento a partir do jogo e da cafetinagem em detrimento do trabalho formal, torna-o objeto de preocupação para as classes dominantes, “A perseguição aos malandros e vadios é uma estratégia de reconduzir esses tipos aos papéis que lhes cabem; em especial do trabalhador mal remunerado, desqualificado, base de sustentação da economia no novo período pós-abolição” (Dealtry, 2009, p.24). São essas conotações negativas, sem a compreensão de um contexto histórico e social, que prevalecem no imaginário nacional. Assim como Exu é associado ao maligno, o malandro, em muitos casos, ainda é visto como o vadio. Utilizaremos as canções na seção seguinte como base para a nossa análise dessa figura tão importante para o campo artístico, sociocultural e a diversidade que cada vez mais deve estar em diálogo com os espaços pedagógicos segundo as legislações educacionais.

2.3 Análise da figura do malandro em letras de samba.

Nasci no Samba (1932)
Bide e Benedito Lacerda

Vivo na malandragem
Não quero saber do batedor
Pode escrever o que eu vou dizer
Ando melhor do que um trabalhador

Não faço força nunca fiz,
E jamais hei de fazer
Nasci no samba, e nele hei de morrer
Não há riqueza que me faça enfrentar o batedor
Pois quem é rico, nunca foi trabalhador
e é por isso que eu...

Em “Nasci no Samba”, canção feita em parceria do sambista Bide com o músico Benedito Lacerda, é nítida a presença do veio temático e estilístico “samba de malandro”, designado por Matos (1982). Nela, a exaltação ao personagem malandro faz-se em tensão ao trabalho formal, que podemos perceber, já na primeira estrofe, ao analisarmos a construção de seus versos. No primeiro verso, há uma afirmação da malandragem como modo de vida “Vivo na malandragem”, em consequência disso, no verso seguinte, o trabalho formal é negado. O trabalho, ao ser denominado como “batedor”, nos abre dois caminhos semânticos para compreensão do termo utilizado no verso. À primeira vista, a palavra pode remeter, em certa medida, aos movimentos do trabalho braçal a partir da repetição da ação de bater. No entanto, ao considerarmos o período de produção da canção, nos parece mais viável a compreensão de que o “batedor” faz referência a ação de “bater ponto” no ambiente de trabalho, pois, como observamos a partir de Danderfer (2020), é na década de 1930 que Getúlio Vargas sanciona o decreto que estipula uma nova dinâmica para o controle do horário de trabalho por meio do registro de ponto. Criado pelo americano Willard Bundy, esse mecanismo traz uma nova lógica de controle sobre o tempo do trabalhador, o tempo passa a ser quantificação do valor, o seu salário, é a imersão na lógica capitalista do *tempo é dinheiro*. Tal negação também é representada no verso final da estrofe, ao utilizar como elemento comparativo a vida do trabalhador, ou seja, a realidade do seu antônimo afirma seu modo de viver como mais vantajoso, pois “Ando melhor do que um trabalhador”.

Na estrofe seguinte, o sujeito da canção malandro enfatiza, novamente, a partir de uma espécie de argumentação que justifica a proposição iniciada na estrofe anterior, os benefícios do seu modo de vida. Nesse sentido, três núcleos são centrais para compreendermos sua argumentação: i) a negação do uso da força no trabalho braçal de forma definitiva, significação produzida por meio da utilização dos três tempos verbais “Não faço força nunca

fiz, / E jamais hei de fazer”, ii) a compreensão do samba e dos elementos que o compõem como constituintes da identidade sociocultural de sua classe de origem, funcionando como sina irremediável do sujeito, aspecto reforçado no próprio título da canção, “Nasci no samba, e nele hei de morrer” iii) a sugestão de uma certa consciência da exploração do trabalhador pelo sistema econômico, representado pelo rico, isto é, historicamente *o senhor*, “Pois quem é rico, nunca foi trabalhador [...]”. Essa poética subversiva, de uma malandragem consciente de sua condição, é o que impulsiona ações de repressão do Estado Novo contra esse veio temático:

O mesmo processo pode ser identificado na ação cultural do governo de Vargas, por exemplo na ação que se estabelece em direção à música popular. É justamente nesse período que a música da malandragem é combatida em nome de uma ideologia que propõe erigir o trabalho como valor fundamental da sociedade brasileira. (...) pois se busca adequar as mentalidades às novas exigências de um Brasil “moderno”. (Ortiz, 2012, p.43).

Essa ideologia é bem retratada na canção “Rapaz Folgado” de Noel Rosa em resposta à canção “Lenço no Pescoço”, que analisaremos em seguida. Em tom de orientação, na canção Rapaz Folgado, há a proposição de um processo de higienização, indicando que o malandro abandone seus aspectos característicos e estigmatizados para que possa ser enquadrado na lógica do “povo civilizado”. No entanto, sabemos que essa tentativa de integração não superaria o preconceito racial e de classe, onde o malandro e sua classe social continuaram, em certa medida, à margem do progresso de um Brasil “moderno”. Sendo assim, podemos afirmar que ambas realidades – malandragem x batedor - representadas na canção são associadas a estilos de vida que se anulam, pois, ao adotar um deles, o indivíduo automaticamente rejeita o seu oposto. Vejamos, agora, como esse discurso malandro se desdobra em outro samba da mesma época. Escolhemos, para tal fim de análise, a canção “Lenço no Pescoço” escrita pelo renomado sambista Wilson Batista, a qual funciona como uma ode ao personagem malandro.

Lenço no Pescoço
(Wilson Batista, 1933)

Meu chapéu do lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso

Eu passo gingando
Provoco e desafio

Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio

Sei que eles falam
Deste meu proceder
Eu vejo quem trabalha
Andar no miserê

Eu sou vadio
Porque tive inclinação
Eu me lembro, era criança
Tirava samba-canção
Comigo não
Eu quero ver quem tem razão

Esta canção apresenta inegável riqueza no que concerne à caracterização das temáticas que envolvem o personagem malandro. Na primeira estrofe, por exemplo, verifica-se a presença dos símbolos indumentários “Meu chapéu do lado/Tamanco arrastando/Lenço no pescoço/Navalha no bolso” tão reconhecidos nas inúmeras imagens representativas do malandro até os dias atuais¹⁰. No entanto, a simbologia presente no verso citado extrapola o simples reconhecimento da vestimenta. Vejamos, por exemplo, que não é apenas a descrição do chapéu, mas o chapéu “do lado”, cobrindo uma parte do rosto, simbolizando essa ambiguidade de uma figura que, apesar de identificada pelo meio social a partir da vestimenta, não se mostra totalmente. Não é apenas a descrição do tamanco, mas o tamanco arrastando, simbolizando o andar gingado, característico de uma certa malícia propiciada, também, como foi dito anteriormente, pelo ritmo do samba. O lenço no pescoço como um adorno, traço de sua elegância. A navalha, servindo de arma branca, é o instrumento utilizado para resolver confusões, representa a valentia do malandro, ao mesmo tempo que cabe no bolso, reafirmando o aspecto de discrição visto no modo como o chapéu é utilizado, pois, como figura alvo e marginalizada, o malandro deve utilizar da esperteza para se desvencilhar da repressão policial, por exemplo.

Na segunda estrofe, o sujeito da canção constroi versos que não se limitam à vestimenta, mas se desdobram na descrição de sua conduta, a forma como transita e, novamente, a representação da sua valentia “Eu passo gingando/ Provoco e desafio”. Nos dois últimos versos que encerram a estrofe “Eu tenho orgulho/Em ser tão vadio”, percebemos

¹⁰ Assim como aponta Rocha (2006, p.123): “É sabido que o vestuário designa um tipo de linguagem simbólica, um importante modo de significação cultural. Em particular, o vestuário do malandro pode ser visto como uma narrativa por meio da qual podemos ler e ver aspectos fundamentais do processo de construção da sua identidade social.”

novamente, por meio do seu discurso, a aversão ao trabalho, a partir da assimilação do estereótipo de vadio, a qual funciona não apenas como reconhecimento de uma concepção social negativa, mas como outro elemento de caracterização identitária dos malandros.

Em seguida, por meio da inserção de um certo discurso indireto, podemos perceber indícios da visão social dos conformistas “Sei que eles falam/ Deste meu proceder”. Aqui, por meio da terceira pessoa do plural, marcam-se os outros, que não participam do discurso malandro, os quais podem ser reconhecidos, associando a análise da música anterior, como o “otário”, ou seja, aquele que se entregou à exploração do patrão e anda no “miserê”, ou mais precisamente, ao *senhor*, o patrão representante do culto à ideologia do trabalho e da exploração capitalista, amparado pelas leis higienistas com base científica no positivismo para criticar a conduta malandra¹¹. O discurso malandro reafirma novamente o horror ao batente, desacreditando do mito capitalista da ascensão social por meio do trabalho braçal. A miséria continua inerente à vida daqueles que, todos os dias, descem o morro para trabalhar.

Nas últimas estrofes, há uma construção que nos proporciona uma visão dos aspectos sociais e culturais constitutivos da época em que a figura do malandro surge como motor poético dos sambas. Nesse viés, a afirmação de ser vadio é explicada a partir de uma predisposição genética “Eu sou vadio/ Porque tive inclinação/Eu me lembro, era criança/Tirava samba-canção”, podemos reconhecer, a partir desses versos, principalmente pelo termo “inclinação”, uma reverberação das teorias racistas que tentavam explicar e caracterizar o indivíduo brasileiro no século XIX, as quais associam as características negativas, como a preguiça, o gosto pela diversão em detrimento do trabalho, aos negros. Estes, segundo tais teorias, deturpam as qualidades da raça branca. Sendo assim, o sujeito malandro se reconhece nesse espaço, e o traz como “assimilação da perspectiva negativa para o fortalecimento da sua identidade”, podendo ser lido como uma representação da esperteza do malandro, ao utilizar o que o desqualifica socialmente como arma para justificar seu estilo de vida. Não seria este um movimento retórico da materialização de sua esperteza inserida implicitamente em seu discurso?

Assim, compreendemos que, apesar da limitação de sentido ao analisarmos as canções apenas em seu caráter linguístico, sem considerar as nuances de signos oriundas da obra em

¹¹ Essa concepção é o que fomenta a política governamental racista de imigração visando o embranquecimento da população brasileira, na tentativa de suprimir a população negra. É o que podemos observar em Nascimento (2016, p. 74): “A assunção prevalecte, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias [66]. Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria por inteiro.”

sua totalidade, isto é, considerando os elementos que compõem a sua musicalidade, essas análises nos comprovam que há caminhos possíveis para compreendermos o personagem malandro a partir do estudo do sujeito da canção nas obras, enfatizando seu aspecto linguístico-literário.

3 Considerações finais

Com base nos estudos produzidos até aqui, pudemos perceber que a figura do malandro sambista pode ser um importante suporte nos espaços pedagógicos para conhecer a história e cultura afro-brasileira. Os documentos prescritivos analisados, por mais que sejam passíveis de críticas dado o contexto de sua formulação, abrem espaço para o professor desenvolver um ensino para *A Educação das Relações Étnico-raciais* de forma ética, crítica e responsiva. No entanto, tal atitude não está separada de uma formação crítica e de qualidade que oportunize um olhar investigativo ao professor em formação.

É nesse sentido que produzimos as análises das letras de samba. Observando-as como textos literários, imersos na percepção do cotidiano das camadas populares provindas dos povos escravizados, podemos trabalhá-las como obras literárias a serviço das políticas de ações afirmativas. A temática do malandro no samba é campo vasto com diversas produções que podem ser utilizadas como objeto de ensino. Propor uma retomada do samba como elemento da cultura afro-brasileira, para além de uma expressão da cultura nacional, aprofunda o debate sobre a base das expressões culturais do nosso país e fortalece os caminhos para pesquisas futuras que pretendam investigar figuras estereotipadas socialmente em decorrência do preconceito racial e de classe.

REFERÊNCIAS

BEIRED, José Luis Bendicho. **Fernando Ortiz e a rede transatlântica de intercâmbios**. Revista USP, 2019, (123), 29-44. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i123p29-44>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

CUNHA, Helio. **A marcha e a síncope: dois elementos contrastantes na estrutura do ritmo do samba**. XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Natal, 2013.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DEALTRY, Giovanna Ferreira. **No fio da navalha: malandragem na literatura e no samba.** - Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. 207 p.

DANDERFER, Vittoria. **Registro de Ponto: As diferentes formas de fazer:** História do Registro de Ponto. [S. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://marqponto.com.br/blog/registro-de-ponto/>. Acesso em: 7 mar. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*, 12(23), 2007, 100–122. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: **Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 04 mar. 2024.

MATOS, Cláudia Neiva de. **Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 222p.

MENDES, Nataniel. **BNCC e o professor de literatura: água que corre entre pedras.** Teias (Rio de Janeiro), v. 21, p. 135-147, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** / Abdias Nascimento. - 1. ed. - São Paulo : Perspectivas, 2016. 232 p.

OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. **Educação para diversidade racial no contexto brasileiro: o contexto das leis 10639/2003 e 11645/2008.** Argumentos, vol. 15, n. 1, 2018.

OLIVEN, Ruben George. **A malandragem na música popular brasileira.** In: Violência e cultura no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, pp. 21-63. ISBN 978-85-7982-006-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2012, 148p.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: Ensino Médio**, 2021. 695p.

PELO Telefone (1916). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.** São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em:<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra7091/pelo-telefone-1916>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 435p.

ROCHA, Gilmar. **“Navalha não corta seda”:** Estética e performance no vestuário do malandro. *Tempo* [online]. 2006, v. 10, n.20:121–42. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000100007>

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**/Roberto Moura. — 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. 178p.

SACRISTÁN, José Gimeno. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. _____. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Introdução. O prelúdio republicado, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil** – volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – 2. ed., 9º reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156p.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 112p.

SOUZA, Ester Maria. **Linguagem: currículo e formação docente**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

WISSENBACH, Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil** – volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.